

Título	Transparência e o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico
Veículo	Canal Energia
Data	28 Out 2005
Autor	Claudio J. D. Sales

Transparência e o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico

É imprescindível que a sociedade conheça as premissas e cenários usados pelo governo no gerenciamento dos cenários de oferta futura de energia

O artigo 14 da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, estabeleceu as regras do modelo em vigor para o setor elétrico e autorizou a constituição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. A função do CMSE, definida na lei, é a de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético nacional.

Temos acompanhado nas últimas semanas as freqüentes análises e manifestações de especialistas - dentre os quais inclusive um ex-ministro da pasta de Minas e Energia - apontando cenários que convergem para uma crise de oferta de energia elétrica em 2008 ou 2009, dependendo do ritmo de crescimento da economia.

Importante ressaltar que os recentes números oficiais que afirmam "terem sido investidos R\$ 13 bilhões em geração de energia desde 2003" são fruto de decisões tomadas até 2002 e que só agora se concretizam. Todas as usinas inauguradas de janeiro de 2003 até hoje fazem parte de um estoque herdado de projetos iniciados no modelo anterior. A César o que é de César.

O descompasso entre a data de tomada da decisão de investimento e a real efetivação do projeto é o ponto que nos preocupa e que insistentemente temos manifestado. Num sistema que prevê a alternância de poder, políticas energéticas concebidas pelos governantes de hoje premiam ou castigam seus sucessores. Políticas energéticas ineficientes deixam aos próximos governantes o ônus de explicar à sociedade porque há falta de energia ou porque ela ficou tão cara.

A negação em aceitar que o país tem um problema reforça nossa preocupação. Uma hidrelétrica requer pelo menos quatro anos para ser construída, se respeitados os mais altos padrões de eficiência. Como o início mais otimista desses projetos será em 2006, somente poderíamos contar com essas usinas em 2010. Conclusão: necessariamente precisaremos de termelétricas.

No entanto, as usinas termelétricas mais alinhadas ao tão caro princípio da modicidade tarifária, as térmicas a gás natural, não possuem hoje lastro suficiente para despacho por falta de combustível. Os esforços de conversão do parque termelétrico da Petrobras para a queima de óleo diesel já são indícios claros do plano de contingência que está sendo posto em ação.

Portanto, há razões de sobra para a apreensão. Se em 2009 não faltar energia, ela será entregue a preços muito maiores daqueles que seriam possíveis se os projetos mais eficientes tivessem sido iniciados em tempo.

Nossa sugestão para atenuar esse quadro: dar transparência às premissas usadas pelo CMSE. Isso diminuiria a apreensão derivada das análises de mercado e permitiria a investidores e consumidores construir análises com menor grau de incerteza.

Um subproduto mais interessante ainda seria a possibilidade de usar as experiências e conhecimentos dos agentes privados para acelerar os projetos e diminuir os custos. Temos nos engajado num diálogo com o presidente da Eletrobrás para viabilizar parcerias entre estatais e privados. Aloísio Vasconcelos tem afirmado que o caminho para a segurança de oferta de energia passa por essas parcerias.

Construindo o argumento de outra forma: qual seria a razão para não divulgar as atas das reuniões do CMSE? O próprio Comitê de Política Monetária (Copom), que é responsável por um universo de decisões maior e mais complexo, dá um exemplo de transparência e divulga suas atas na semana posterior às reuniões mensais. O mercado já incorporou essa prática e com isso o Ministério da Fazenda tem estabelecido um padrão que deve ser seguido por outras áreas.

Na falta de cenários oficiais, o mercado permanecerá construindo seus próprios cenários e chegará às suas próprias conclusões. A cada análise feita pelo mercado o governo reage procurando desqualificar ou as fontes ou as análises, o que não resolve a questão. Essa postura de negação, como a imprensa tem percebido, apenas reforça a tese de que o problema realmente existe. Comparemos cenários. Façamos a discussão no mérito das questões.

Ninguém tem interesse numa crise de energia. Num ambiente de leilão regulado, nem mesmo o argumento de que "os investidores estão promovendo especulação para aumentar os preços de energia" faz sentido. Se o leilão tiver sido bem desenhado pelo governo essa hipótese está eliminada. O preço será o resultado do processo competitivo que equilibrará oferta e demanda.

O país precisa contar com investimentos privados no setor elétrico para, no mínimo, 60% de sua necessidade de crescimento. Um ambiente de cenários oficiais não claros produz, pelo menos, uma de duas conseqüências negativas: o desestímulo ao novo investimento ou a energia mais cara por força da incorporação da percepção de risco na taxa de desconto dos novos projetos.

Se o objetivo do CMSE é dar "continuidade e segurança ao abastecimento eletroenergético", tal falta de transparência não acaba sendo a própria negação da razão de existência do CMSE?

Esperamos conhecer em breve os cenários com os quais o governo tem trabalhado "com serenidade, porém, com responsabilidade", como bem pontuou recentemente o ministro Silas Rondeau.

Claudio Sales (claudio.sales@cbiee.com.br) é presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica. A CBIEE é constituída pelos 16 maiores grupos empresariais de investidores privados, brasileiros e estrangeiros, responsáveis por 66% da distribuição e 28% da geração de energia no país.